

Dívida Congresso muda pauta e a rolagem fica para amanhã

Foi tão forte a reação à tentativa de se votar de imediato o projeto de rolagem da dívida de estados e municípios que os líderes partidários no Congresso preferiram adiar a decisão para segunda-feira. No final da tarde de ontem, resolveram formar uma comissão, na qual todos os partidos terão representantes, para examinar a fundo o projeto e propor alterações, caso julgadas necessárias. A comissão dará ainda hoje esse parecer.

Na verdade, apenas o PMDB e a liderança do Governo admitiam que se votasse a rolagem sem mais esperas. Na reunião de líderes, que se prolongou até as 19h, o PMDB deu os primeiros sinais de que aceitaria manter a ordem original de votação, com a reforma tributária à frente. Os demais partidos deveriam porém assumir o compromisso de colocar a rolagem em votação amanhã, em quaisquer circunstâncias.

No fundo, essa fórmula atende inclusive o PMDB, que não conseguiu colocar em plenário os 252 votos necessários para inverter a ordem do dia — pondo a rolagem em primeiro lugar — e ganhará tempo para mobilizar parlamenta-

res. A reforma tributária também ficará para amanhã. Enquanto isso, a Câmara deverá votar, ainda hoje, o projeto que regulamenta o novo Fim social, o que cria o imposto sobre grandes fortunas e o que prevê a participação dos empregados nos lucros das empresas.

No Senado, o líder do PSDB, Fernando Henrique Cardoso (SP), garantia a disposição de obstruir caso não conseguisse transferir a votação para o plenário do Senado. "Dívida sempre foi competência do Senado examinar. Agora é que o PMDB resolveu fazer um acordo atropelando os senadores, mas, se for necessário, recorro ao Supremo Tribunal Federal", protestou o líder. Para o líder do Governo, senador Marco Maciel (PFL-PE), o que está em jogo é o relacionamento da União com os estados, e não o limite de endividamento.

Orçamento — O presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Ronaldo Aragão, enviou no início da noite de ontem um ofício ao presidente do Senado, Mauro Benedito, solicitando o adiamento por 24 horas da sessão que se realizaria para exame do relatório geral sobre o Or-

çamento para o próximo ano. Com isso, a comissão só deverá examinar o relatório — com as alterações introduzidas pelos parlamentares — às 18h de hoje. Aragão admitiu ainda pedir, se necessário, mais 12 horas de prorrogação, o que lhe é facultado pelo Regimento.

O objetivo de Aragão é evitar que o projeto do relator Ricardo Fiuza seja examinado diretamente pelo plenário, sem passar pela comissão. Embora o prazo para a manifestação da comissão já se tenha esgotado, o que permitiria o envio do texto do relator ao plenário, Aragão argumenta que a demora se deu com a responsabilidade do próprio Fiuza.

Fiuza vem mantendo reuniões diárias com os principais envolvidos com o orçamento em um apartamento da 302 Norte. Lá, ele tenta encontrar fórmulas como a que limita a quantidade de emendas de cada parlamentar pelo volume de verba envolvida, aplicada no caso da Ação Social. As verbas carimbadas por alguns parlamentares diretamente com o governo, beneficiando seus municípios, também estão ameaçadas, com um corte de 15 por cento do seu total.

15 DEZ 1991

CORREIO BRAZILENSE